

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Concurso Público para Fiscal de Rendas 2008

SEFAZ-RJ

12/10/2008

Prova objetiva de Direito Comercial (Empresarial), Direito Tributário, Legislação Tributária e Contabilidade Geral e de Custos e Auditoria

Atenção!

Você está recebendo um caderno de questões na cor **AMARELA**. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, de cor AMARELA**. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- ▶ Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova de cor **amarela**;
 - b) este caderno de prova na cor **amarela**, na mesma cor de sua folha de respostas (**amarela**), com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
- ▶ Não será permitida a permanência de candidato em sala de prova portanto aparelhos eletrônicos como *pager*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular e/ou similares. **Tal infração pode acarretar em eliminação sumária do candidato** (itens 9.12 e 9.13 do edital do concurso).
- ▶ Verifique se o material está em ordem, se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas.
- ▶ Ao receber a folha de respostas, é **obrigação** do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
- ▶ As questões da prova são identificadas pelo número que se situa ao lado do enunciado.
- ▶ O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
- ▶ O preenchimento da folha de respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul.
- ▶ Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- ▶ O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas.
- ▶ O candidato somente poderá sair do local de prova 1 (uma) hora após o seu início.
- ▶ O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos de prova.
- ▶ Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.

SEFAZ-RJ 2008 – CADERNO DE PROVA AMARELO

Direito Empresarial

1. Os sócios de uma sociedade em nome coletivo, em situação de flagrante insolvabilidade, aprovam sua transformação em sociedade anônima, denominada Companhia de Tecidos Tauá, tentando com isso evitar que os efeitos da falência pudessem atingi-los, já que não se pagou a mais de três credores anteriores à aprovação da mudança do tipo societário nos vencimentos de seus títulos, mas também outros posteriores à alteração de tipo societário. Todavia, dois deles, João e Gustavo, notificaram a sociedade, no sentido de obter uma maior proteção para seus créditos anteriores à transformação. Mas somente um deles, Caio, titular de crédito posterior à transformação, requereu à proteção ao juiz da falência antes de proferida a sentença.

Todos os credores anteriores à transformação teriam o benefício de fazer com que a decretação da falência produzisse efeitos em relação aos sócios da sociedade transformada, ou somente aqueles que notificaram a sociedade, ou apenas Caio?

Assinale a alternativa que responda corretamente à pergunta acima.

- (A) De acordo com a Lei 6.404/76 e com a Lei 11.101/05, somente os credores anteriores à transformação, independentemente de notificação, teriam a proteção legal, e, uma vez decretada a falência, ela produziria efeitos, em relação aos sócios que no tipo anterior a eles estariam sujeitos.
- (B) De acordo com a Lei 6.404/76 e com a Lei 11.101/05, dentre os credores anteriores à transformação, somente aqueles que notificassem a sociedade teriam a proteção legal pretendida, e os sócios que no tipo anterior a ela estivessem sujeitos teriam sua falência decretada, caso fossem empresários ou sociedades empresárias.
- (C) De acordo com a Lei 6.404/76 e com a Lei 11.101/05, somente o credor Caio que requereu formalmente o benefício teria a proteção legal, e, uma vez decretada a falência, ela produziria efeitos, em relação aos sócios que no tipo anterior a eles estariam sujeitos.
- (D) De acordo com a Lei 6.404/76 e com a Lei 11.101/2005, nenhum credor da Companhia de Tecidos Tauá teria a proteção legal, e, uma vez decretada a falência, ela não produziria efeitos, em relação aos sócios, a que no tipo anterior estariam sujeitos.
- (E) De acordo com a Lei 6.404/76 e com a Lei 11.101/05, somente os credores anteriores à transformação que tivessem pedido ao juiz da falência, antes de proferida a sentença, teriam a proteção legal, e, uma vez decretada a falência, ela produziria efeitos, em relação aos sócios que no tipo anterior a eles estariam sujeitos.

2. A Sociedade Limitada XYZ resolve incentivar seus antigos empregados, e seu principal quotista resolve criar cotas preferenciais, para distribuí-las àqueles que completassem dez anos de serviço, mediante o pagamento em 10 parcelas.

As cotas não teriam direito a voto, mas fariam jus a uma participação nos lucros sempre 10% a mais que as cotas ordinárias. Essas cotas seriam criadas porque, de acordo com o advogado da sociedade, haveria aplicação supletiva das normas da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 6.404/76, prevista no contrato social.

De acordo com o Código Civil, seria possível a criação de cotas preferenciais com aquelas características na Sociedade Limitada XYZ?

Assinale a alternativa que responda corretamente à pergunta acima.

- (A) Somente em razão da aplicação supletiva da Lei 6.404/76, autorizada pelo art. 1053, seria possível a criação de cotas preferenciais.
- (B) O Código Civil não veda, expressamente, a criação de cotas preferenciais; portanto, estaria autorizada a criação daquela espécie de cota.
- (C) O Código Civil permite a criação de cotas iguais ou desiguais, de acordo com o art. 1055; dessa forma, não há qualquer vedação à criação de cotas preferenciais.
- (D) De acordo com o sistema do Código Civil, não seria possível a criação de cotas preferenciais, porque todas as cotas devem ser iguais, não se permitindo qualquer desigualdade entre elas.
- (E) Não haveria mais no Código Civil a possibilidade de criação de cotas sem direito a voto de acordo com a aplicação do art. 1072 combinado com o *caput* do artigo 1010.

3. Determinada instituição financeira, em sérias dificuldades e com patrimônio líquido negativo, resolve requerer os benefícios da recuperação extrajudicial, com vistas a melhor equacionar os interesses de seus credores.

Seria possível propor perante o Poder Judiciário a ação de recuperação extrajudicial nessa hipótese?

Assinale a alternativa que responda corretamente à pergunta acima.

- (A) Não, porque as instituições financeiras não estão autorizadas a requerer a recuperação extrajudicial.
- (B) Sim, porque a instituição financeira é uma sociedade empresária, e a recuperação extrajudicial pode ser utilizada para a proteção de seus credores.
- (C) Não, porque as instituições financeiras só estão autorizadas a requerer a recuperação judicial.
- (D) Não, porque somente os credores é que poderiam requerer recuperação extrajudicial.
- (E) Sim, porque a recuperação extrajudicial é um sistema que visa à melhor proteção dos credores de qualquer sociedade.

4. Três sociedades limitadas resolvem constituir uma sociedade em conta de participação para a realização de projeto imobiliário de grande porte. Entre elas, foi designada a Sociedade Limitada Flor de Laís para ser a sócia ostensiva, sendo que as duas outras seriam sócias participantes. Todavia, o empreendimento revelou-se um enorme fracasso tendo acumulado dívidas e obrigações muito superiores à capacidade de pagamento da sociedade, que resultou absolutamente insolvável.

Determinado credor quirografário ingressa com o pedido de decretação de falência, com base na Lei 11.101/05, da sociedade em conta de participação.

Com relação à possibilidade de a sociedade em conta de participação estar sujeita à decretação de sua falência, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sociedade em conta de participação, como qualquer outro tipo de sociedade, se submete à Lei 11.101/05 e, portanto, deverá ter sua falência decretada.
- (B) Na sociedade em conta de participação, porque não tendo personalidade jurídica própria, limitando-se a sociedade a produzir efeitos na órbita interna, não estará sujeita à falência.
- (C) Na sociedade em conta de participação, por não se tratar de uma sociedade, não está sujeita à Lei 11.101/05, não podendo em nenhuma hipótese ter sua falência decretada.
- (D) No caso de insolvência da sociedade em conta de participação, o credor poderá requerer a aplicação da Lei 11.101/2005, somente se o contrato social estiver devidamente registrado na Junta Comercial.
- (E) Na sociedade em conta de participação, somente poderá incorrer em falência o seu sócio participante, porque este acaba participando dos negócios em seu nome pessoal.

5. Pela teoria da empresa, adotada pelo novo Código Civil, pode-se afirmar que o principal elemento da sociedade empresarial é:

- (A) o trabalho.
- (B) o capital.
- (C) a organização.
- (D) o ativo permanente.
- (E) o maquinário.

6. Pelo Novo Código Civil, no caso de atos *ultra vires*, havendo dano a terceiro com quem foi firmado o contrato, o administrador responde:

- (A) supletivamente com a sociedade.
- (B) solidariamente com a sociedade.
- (C) pessoalmente com seu patrimônio.
- (D) em regresso, perante a sociedade.
- (E) de acordo com o contrato social.

7. A Sociedade de Fomento Mercantil Irmãos Leitão Ltda. realiza, com exclusividade, operações de compra de direitos creditórios, sem que nos contratos de cessão onerosa dos direitos que celebra haja qualquer cláusula de garantia ou direito de regresso, em face dos cedentes.

Em relação à possibilidade de essa sociedade de *factoring* ou de fomento mercantil poder ser considerada instituição financeira, assinale a afirmativa correta.

- (A) Toda sociedade de fomento mercantil que compra direitos creditórios está atuando como instituição financeira, porque essa operação equivale a um verdadeiro desconto bancário.
- (B) As sociedades de fomento mercantil sempre devem ser qualificadas como instituição financeira porque o Banco Central do Brasil assim as considera.
- (C) As sociedades de fomento mercantil, ao realizarem aquisições de direitos creditórios, não podem ser consideradas instituição financeira, porque essas operações não se confundem com o desconto bancário.
- (D) As sociedades de fomento mercantil poderiam ser conceituadas como instituição financeira, mas só quando realizam operações de aquisição de direitos creditórios mediante cessão com endosso em preto dos títulos.
- (E) As sociedades de fomento mercantil poderiam ser conceituadas como instituição financeira, mas só quando realizam operações de aquisição de direitos creditórios mediante cessão com endosso em branco dos títulos.

8. A respeito das sociedades em conta de participação, é correto afirmar que:

- (A) ambos os sócios praticam atos comerciais em nome da empresa.
- (B) o responsável para alcançar o objeto social é o sócio de capital.
- (C) a prova da existência da sociedade só pode ocorrer por documentos.
- (D) em caso de dissolução não há que ser citada a sociedade.
- (E) a sociedade será formada por meio de contrato, que será levado a registro.

9. Considere a seguinte assertiva:

“O crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo.”

Completa o sentido dessa assertiva a consideração à:

- (A) livre iniciativa.
- (B) propriedade privada.
- (C) melhor distribuição de renda.
- (D) divisão de competências estatais.
- (E) autodeterminação dos povos.

10. O conceito de consumidor incluso no CDC, com relação às atividades empresariais, tem caráter:

- (A) objetivo.
- (B) subjetivo.
- (C) restritivo.
- (D) ampliativo.
- (E) econômico.

11. O sr. RJB firmou contrato de abertura de crédito com determinado banco comercial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Por exigência do banco, foi emitida uma nota promissória em branco, vinculada à avença, sendo que, nesse título de crédito, após sua assinatura o sr. Antônio, na condição de avalista. Dez meses depois, o banco ingressa com uma execução com base naquela nota promissória no valor de R\$ 28.472,00, decorrente da abertura da linha de crédito, ocorrida em favor do avalizado, que não possuía capacidade econômica para pagar aquele débito.

A respeito da possibilidade de o avalista argüir a iliquidez da dívida, assinale a afirmativa correta.

- (A) O credor pode completar o título cambiariforme em qualquer circunstância após as assinaturas do emitente e do avalista, o que lhe confere autonomia e literalidade, sendo exigível, mesmo quando não acompanhada do contrato de abertura de crédito.
- (B) A nota promissória possui autonomia e literalidade, sendo exigível em qualquer circunstância, podendo ser completada pelo credor antes de iniciar a cobrança, o que confere liquidez ao título.
- (C) A nota promissória goza de autonomia e literalidade, sendo exigível apenas quando completada pelo credor de boa-fé antes de iniciar a cobrança.
- (D) Caracteriza-se a nota promissória pela autonomia e literalidade; fundada a ação na nota promissória mencionada no enunciado, não se admite a discussão da *causa debendi*.
- (E) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia, em razão do título que a originou, sendo neste caso admissível a discussão da *causa debendi*.

12. A sociedade de engenheiros, na ótica do Código do Consumidor, tem responsabilidade civil embasada:

- (A) na culpa provada.
- (B) no risco da atividade.
- (C) na culpa presumida.
- (D) no dolo eventual.
- (E) na culpa consciente.

13. A sociedade limitada XPTO, necessitando de capital para a expansão de seu parque industrial, ao invés de realizar um aumento de capital social, solicitando aporte de recursos de seus sócios, decide fazer um emissão de debêntures simples, sem cláusula de conversibilidade, para aquisição de investidores de grande porte, cuja distribuição seria feita por seus próprios gerentes em seus escritórios.

Seria legal e regular a emissão particular de debêntures simples por uma sociedade limitada?

Assinale a alternativa que responda corretamente à pergunta acima.

- (A) As sociedades limitadas poderiam emitir debêntures, somente se o contrato social expressamente contemplasse cláusula específica autorizando sua emissão, ou contivesse cláusula de regência supletiva das normas da sociedade anônima.
- (B) Somente as sociedades anônimas podem emitir debêntures, todos os outros tipos societários não podem fazê-lo, porque existe vedação legal.
- (C) As sociedades limitadas só podem fazer emissões particulares de debêntures, jamais emissões públicas, como no caso da emissão prevista no enunciado da questão.
- (D) Como não existe qualquer vedação legal expressa em relação à emissão de debêntures por parte das sociedades limitadas, elas poderiam emitir esse valor mobiliário, mas somente para um grupo determinado de pessoas.
- (E) Não poderia haver a emissão de debêntures por uma sociedade limitada, porque se trata de um instituto incompatível com esse tipo societário, mesmo que houvesse cláusula específica no contrato social.

14. Considere as afirmativas a seguir:

- I. Entre o sócio e a sociedade existe relação de participação.
- II. Cabem aos sócios as frações ideais dos bens da sociedade empresária.
- III. Sendo omissivo o contrato social, a participação do sócio nos lucros se dará em proporção ao seu trabalho.
- IV. Para o direito de voto importará a participação dos sócios no capital social.
- V. A fiscalização da sociedade, direito de todos os sócios, poderá ser exercida a qualquer tempo.

Assinale a alternativa que contenha somente afirmativas verdadeiras.

- (A) I e II
- (B) II e IV
- (C) III e V
- (D) I e V
- (E) III e IV

15. Determinada companhia aberta pretende ampliar o *quorum* qualificado para aprovação de certas matérias previstas no art. 136 da Lei 6.404/76, para 3/4 do capital votante. Essa companhia aberta possui apenas bônus de subscrição admitidos à negociação em Bolsa de Valores, não tendo ações negociadas no mercado de valores mobiliários.

A respeito da possibilidade de tornar maior o *quorum* previsto em lei, mediante modificação do estatuto daquela companhia aberta, assinale a afirmativa correta.

- (A) A questão do *quorum* está prevista em lei e, por se tratar de matéria de ordem pública, não pode ser objeto de alteração estatutária.
- (B) Não pode ser objeto de alteração estatutária porque a Lei 6.404/76 veda a ampliação do *quorum* nas companhias abertas.
- (C) A Lei 6.404/76 só permite maior *quorum* nas companhias fechadas e nas abertas que tenham ações negociadas no mercado.
- (D) A Lei 6.404/76 somente permite ampliação do *quorum* nas companhias fechadas e nas abertas que não tenham ações negociadas em Bolsa ou no mercado de balcão.
- (E) A Lei 6.404/76 somente permite ampliação do *quorum* nas companhias fechadas e nas abertas que tenham ações somente negociadas no mercado de balcão.

16. Acionistas minoritários de uma sociedade de economia mista, com ações negociadas em Bolsa, concessionária de serviço público, questionam contrato firmado entre eles e a sociedade da qual são acionistas. Esse contrato regula apenas a participação financeira deles naquela sociedade.

Nesse caso, pode ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor para a proteção dos acionistas minoritários de uma companhia aberta?

Assinale a alternativa que responda corretamente à pergunta acima.

- (A) Seria correta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, porque a participação acionária em uma companhia aberta representa uma relação de consumo como qualquer outra.
- (B) Não seria correta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, porque não se pode dizer que nessa relação jurídica haja prestação de serviços financeiros.
- (C) Não seria correta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, porque os acionistas não possuem vínculo consumerista com a sociedade.
- (D) Seria correta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor na proteção ao acionista minoritário, porque nesse caso existe uma relação de consumo encoberta por uma relação societária.
- (E) Não seria correta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, porque inexistente qualquer relação de consumo entre os acionistas de uma companhia aberta e a própria sociedade.

17. Determinada companhia produtora de vinhos vendeu cinquenta caixas de vinho tinto e cinquenta de vinho branco. O comerciante recebeu os vinhos, tendo lançado o aceite na duplicata, mas, ao conferir a mercadoria recebida, percebeu que metade dos vinhos brancos estava com o rótulo trocado. Antes da restituição da duplicata, o sacado cancelou o aceite.

Nessa hipótese, seria possível o cancelamento do aceite antes da restituição da duplicata?

Assinale a alternativa que responda corretamente à pergunta acima.

- (A) Uma vez lançado o aceite na duplicata, não é dado ao comprador revogá-lo ou cancelá-lo, ainda quando o título estiver nas mãos do sacado.
- (B) Mesmo após ter sido lançado no título, permite-se ao sacado, antes da restituição da duplicata, cancelar o aceite.
- (C) Mesmo após ter sido lançado, permite-se ao sacado, a qualquer tempo, cancelar o aceite lançado na duplicata, nos termos do art. 29 da Lei Uniforme de Genebra.
- (D) Mesmo após ter sido lançado no título, permite-se ao sacado, antes da restituição do título e com a devolução de parte da mercadoria correspondente, retificar o aceite e limitá-lo ao valor da mercadoria sem defeito.
- (E) Se o sacado, antes da restituição da duplicata, simplesmente riscar o aceite que tiver dado, tal aceite será considerado como recusado.

18. Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Os atos constitutivos da sociedade são sempre arquivados na Junta Comercial.
- (B) No plano interno, a sociedade revela as relações jurídicas entre os sócios e destes com a sociedade.
- (C) Fator determinante da autonomia societária é a condição de elas possuírem patrimônio próprio.
- (D) A personalidade jurídica da sociedade é instrumental para um fim almejado.
- (E) Nos contratos societários existe conjugação de interesses, e não contraposição.

19. Nas alternativas a seguir, há um caso em que da afirmativa inicial **não** decorre a conclusão final. Assinale-o.

- (A) Em função de dívida do sócio de limitada pode haver penhora de suas cotas, visto que elas representam direitos patrimoniais.
- (B) Nas sociedades simples a penhora de cotas cede espaço para a penhora de direitos patrimoniais, em função da composição societária.
- (C) A vinculação da alteração do capital social à mudança do contrato é decorrência do princípio da garantia aos credores.
- (D) São os administradores da sociedade que, no dia-a-dia, expõem sua vontade, por terem poderes gerenciais.
- (E) A aprovação de contas da sociedade é matéria sujeita à assembléia ou reunião, pela relevância que assume.

20. Quanto às afirmativas a seguir, julgue-as em V para Verdadeiro e F para Falso.

- () A desconsideração da personalidade jurídica da empresa é cabível quando ficar provado o abuso de direito.
- () É decorrência da desconsideração da personalidade jurídica a nulidade da constituição da pessoa jurídica.
- () A teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica requer desvio de finalidade.
- () O CDC adota, no parágrafo 5º do artigo 28, a teoria maior da desconsideração.
- () A desconsideração inversa compreende alcançar os bens do sócio, em face de fraude praticada pela sociedade.

Assinale a alternativa que contenha a seqüência correta de cima para baixo.

- (A) V - F - V - F - F
- (B) V - V - F - F - V
- (C) V - F - V - V - F
- (D) V - V - F - V - V
- (E) V - F - F - V - F

Direito Tributário

21. O Estado do Rio de Janeiro decidiu instituir tributo relativo à construção de rede de esgotos, com lançamento ao mar por emissário submarino construído com dotação orçamentária específica. O tributo aludido:

- (A) só poderá ser uma contribuição de melhoria.
- (B) não poderá ser instituído, por ser devida, no caso, apenas a cobrança de tarifa.
- (C) é de competência privativa conforme classificação doutrinária.
- (D) deve ser imposto, uma vez que tal serviço não é específico nem divisível.
- (E) só poderá ser uma taxa, por vinculado à prestação de serviço específico e divisível.

22. No Brasil, em sede de tributação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não têm competência para instituir contribuição social, mesmo que para custeio do regime previdenciário pertinente aos seus funcionários.
- (B) As taxas são instituídas para suportar os custos da realização de obras públicas de que decorra a valorização imobiliária de particulares.
- (C) Os tributos intermunicipais, cobrados pelos Municípios, destinam-se a estabelecer limitações ao tráfego de bens, tendo em vista o interesse público.
- (D) As contribuições de melhoria são devidas em função da prestação de serviços públicos divisíveis.
- (E) Os Municípios podem instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia, com bases de cálculo diferentes das dos impostos.

23. Complete as afirmativas apresentadas na coluna da esquerda com os itens apresentados à direita:

- | | | |
|--|------|---|
| () Nas operações com combustíveis e lubrificantes, as alíquotas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) são definidas mediante | I. | resolução do Senado Federal de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros. |
| () Alíquotas mínimas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), nas operações internas, podem ser estabelecidas por | II. | lei ordinária. |
| () O Código Tributário Nacional (CTN) foi votado como | III. | lei complementar. |
| () A disciplina de compensação do ICMS cabe à | IV. | resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros. |
| () As alíquotas do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação, são estabelecidas por | V. | convênio. |

Assinale a seqüência correta, de cima para baixo.

- (A) IV - III - II - I - V
- (B) V - I - II - III - IV
- (C) V - I - II - IV - III
- (D) IV - I - III - II - V
- (E) III - V - II - I - IV

24. No caso de o contribuinte recusar a exibição de livros e/ou documentos, que se suspeita estarem dentro de certo móvel existente no estabelecimento, o Fiscal de Rendas:

- (A) deverá apenas autuar o contribuinte pela não-exibição dos livros e documentos solicitados.
- (B) deverá apreender o dito móvel.
- (C) deverá lacrar o dito móvel, lavrando termo desse procedimento.
- (D) deverá requisitar autoridade policial para arrombar o móvel.
- (E) deverá, de imediato, requisitar a exibição judicial dos livros e documentos.

25. As duas facetas do princípio da não-surpresa – Constituição Federal/88, art. 150, III, “b” e “c” – aplicam-se ao:

- (A) imposto de renda.
- (B) IPI.
- (C) empréstimo compulsório.
- (D) ICMS.
- (E) imposto extraordinário de guerra.

26. É **incorreto** afirmar que, em relação aos tributos de sua competência, o Estado do Rio de Janeiro:

- (A) pode acordar com um Município para que este proceda à respectiva cobrança.
- (B) é o sujeito ativo, exclusive quanto à contribuição previdenciária devida por seus funcionários.
- (C) é proprietário do total do produto da respectiva arrecadação.
- (D) não pode delegá-la a um Município, em hipótese alguma.
- (E) pode, por seu Poder Legislativo, conceder isenção, à exceção do ICMS.

27. Regimes especiais ou simplificados do ICMS e definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas são matérias:

- (A) próprias de lei complementar.
- (B) próprias de convênios entre os Estados e o Distrito Federal.
- (C) próprias de resolução do Senado Federal.
- (D) próprias de decreto do governador.
- (E) próprias de lei complementar e resolução do Senado Federal, mas, excepcional e provisoriamente, podem ser supridas por convênio entre os Estados e o Distrito Federal.

28. Com relação à imposição de penalidade, é correto afirmar que:

- (A) exime o infrator do cumprimento da obrigação que lhe deu causa.
- (B) não se pode concretizar em face daqueles que procedem na conformidade de decisão da autoridade competente.
- (C) impede a cobrança do tributo porventura devido.
- (D) é excluída pela denúncia espontânea de infração, mesmo que o contribuinte deixe de recolher o tributo devido ou o faça sem os devidos acréscimos moratórios.
- (E) decorrente de falsificação de documento é excluída, se houver concomitantemente infração por falta de pagamento do imposto.

29. Extinta a pessoa jurídica de direito privado, continuando a respectiva atividade a ser exercitada por sócio remanescente, sob uma outra razão social, é correto afirmar que:

- (A) a nova empresa criada pelo sócio remanescente é responsável pela totalidade dos tributos devidos pela sociedade extinta, desde que já tenham sido lançados.
- (B) a nova empresa criada pelo sócio remanescente apenas responde por metade dos tributos devidos pela sociedade extinta.
- (C) inexistente responsabilidade, pois a atividade é continuada pelo sócio sob outra razão social.
- (D) a sociedade constituída pelo sócio remanescente é responsável pelos tributos devidos pela sociedade extinta, independentemente de sua razão social.
- (E) inexistente responsabilidade, salvo se a nova empresa iniciar as operações dentro de seis meses a contar da data da extinção da referida no enunciado.

30. *O direito à repetição do indébito tributário extingue-se no prazo de ____ anos, a contar ____.*

Assinale a alternativa que complete corretamente as lacunas da frase acima.

- (A) cinco + cinco / da extinção do crédito tributário
- (B) cinco / da suspensão do crédito tributário
- (C) cinco + cinco / da suspensão do crédito tributário
- (D) cinco / da extinção do crédito tributário, salvo para o ICMS e o ISS
- (E) cinco / da extinção do crédito tributário

31. No sistema tributário nacional, é correto afirmar que:

- (A) os tratados internacionais podem conter cláusula que enseje exoneração de imposto estadual.
- (B) os sócios-gerentes respondem pelas dívidas tributárias da sociedade, em qualquer situação.
- (C) os atos normativos entram em vigor sempre na data de sua publicação.
- (D) as normas de isenção exigem interpretação literal, ou seja, podem ter aplicação analógica.
- (E) as normas de isenção tributária se aplicam, de regra, a fatos ocorridos antes do início de sua vigência.

32. A respeito da quebra do sigilo bancário do contribuinte pela fiscalização tributária, é correto afirmar que:

- (A) depende sempre de autorização judicial.
- (B) não se pode dar de modo algum.
- (C) viola a Constituição.
- (D) pode ocorrer, no caso de processo administrativo em trâmite.
- (E) para sua concreção, basta que a autoridade fiscal expeça intimação escrita.

33. Com relação à expedição da Certidão Negativa de Débito (CND ou CPEN), em caso de débito de imposto, cujo valor o contribuinte já informara à Fazenda mediante documento próprio (GIA-ICMS), é correto afirmar que:

- (A) não pode ser expedida em hipótese alguma.
- (B) só pode ser expedida após a efetivação do lançamento a cargo da autoridade administrativa.
- (C) não pode ser expedida, salvo se o contribuinte pagou o débito declarado.
- (D) só pode ser expedida se ocorrer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (E) não pode ser expedida, pois não ocorreu inscrição do débito na Dívida Ativa.

34. No termo da inscrição da dívida ativa, **não** é necessário indicar:

- (A) o valor dos juros moratórios devidos.
- (B) a data da inscrição.
- (C) a quantia devida.
- (D) o nome do devedor e seu domicílio.
- (E) a origem e a natureza do débito.

35. Débito de ICMS teve o fato gerador ocorrido em 01.04.01, foi objeto de lançamento em 20.04.02, foi inscrito em dívida ativa em 20.05.04 e, em 25.05.05, o juiz despachou determinando a citação (Execução Fiscal). O contribuinte devedor alienou todos os seus bens em ____, caracterizando fraude à execução.

Assinale a alternativa que complete corretamente a lacuna do trecho acima:

- (A) 20.05.02
- (B) 10.01.04
- (C) 31.03.03
- (D) 01.09.02
- (E) 30.11.04

36. A respeito dos empréstimos compulsórios, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A competência para a instituição de empréstimo compulsório é exclusiva da União Federal.
- (B) Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos por medida provisória, desde que haja relevância e urgência.
- (C) Lei complementar não pode estabelecer situações de cabimento para instituição de empréstimo compulsório.
- (D) O empréstimo compulsório vinculado à calamidade pública é excepcionado do princípio da anterioridade.
- (E) Só podem ser instituídos empréstimos compulsórios no caso de guerra externa, ou sua iminência, calamidade pública e investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional.

37. Em relação ao tema “decadência tributária”, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A contagem do prazo inicia-se na data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- (B) A contagem do prazo inicia-se na data da inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
- (C) A contagem do prazo inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte ao daquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, em se tratando de IPTU.
- (D) A contagem do prazo inicia-se da data da ocorrência do fato gerador, nos impostos apurados mediante lançamento por homologação.
- (E) A contagem do prazo inicia-se pela notificação ao sujeito passivo de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

38. Afrenta preceito constitucional:

- (A) convênio definir regras atinentes à apuração e à destinação do ICMS incidente nas operações interestaduais e internas com combustíveis e lubrificantes.
- (B) lei ordinária dispor sobre substituição tributária, exceto se aplicável ao ICMS.
- (C) lei complementar regular limitações constitucionais ao poder de tributar.
- (D) resolução de o Senado Federal fixar alíquotas máximas aplicáveis ao IPVA.
- (E) decreto alterar alíquota de alguns impostos federais de caráter extrafiscal.

39. *Lei disciplinadora de certo tributo de fato gerador periódico foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.*

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os contribuintes têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo, salvo em relação àqueles casos em que antes tenha transitado em julgado decisão judicial favorável à Fazenda Pública de que não caiba ação rescisória.
- (B) Os contribuintes têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo, salvo se o Supremo Tribunal Federal conferiu à declaração de inconstitucionalidade efeitos *ex tunc*.
- (C) Os contribuintes têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo.
- (D) Os contribuintes têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo, a não ser que esse tributo fosse uma taxa.
- (E) Os contribuintes não têm direito à restituição do que pagaram a título de referido tributo, qualquer que seja a situação.

40. Em relação a débito de tributo ainda não objeto de lançamento, o contribuinte pode:

- I. conseguir uma liminar em mandado de segurança.
- II. obter parcelamento.
- III. vê-lo abrangido por decadência.
- IV. alcançar êxito em ação de consignação de pagamento.

Em tais hipóteses, o crédito tributário, respectivamente, terá sido objeto de:

- (A) extinção, suspensão de sua exigibilidade, suspensão de sua exigibilidade, extinção.
- (B) suspensão de sua exigibilidade, exclusão, extinção e suspensão de sua exigibilidade.
- (C) exclusão, suspensão de sua exigibilidade, extinção e exclusão.
- (D) suspensão de sua exigibilidade, suspensão de sua exigibilidade, exclusão e exclusão.
- (E) suspensão de sua exigibilidade, suspensão de sua exigibilidade, extinção e extinção.

Legislação Tributária

41. Foi aprovado, na sessão do Confaz realizada no dia 30 de julho de 2008 (conforme publicação no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008), um convênio cuja cláusula primeira autoriza os Estados e o Distrito Federal a concederem isenção do ICMS incidente na importação de determinados produtos.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

- I. Conforme a classificação expressa na Lei Complementar 24/75, o referido convênio é autorizativo e não impositivo.
- II. Segundo disposto na Lei Complementar 24/75, o referido convênio entrou em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.
- III. Vigente o referido convênio, os contribuintes do ICMS que importarem os produtos nele mencionados ficam isentos do pagamento do imposto respectivo.
- IV. Segundo disposto na Lei Complementar 24/75, a eficácia do referido convênio só ocorrerá depois de aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado.
- V. O referido convênio não se aplica no Estado do Rio de Janeiro, porque este não se fez representar, embora regularmente convocado, na sessão que aprovou a isenção lá estatuída.
- VI. O referido convênio pode ter estabelecido que a produção de seus efeitos se daria a partir de 1º de janeiro de 2008.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente uma afirmativa estiver correta.
- (C) se somente duas afirmativas estiverem corretas.
- (D) se somente três afirmativas estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

42. A respeito da Taxa de Serviços Estaduais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Incide nos serviços públicos estaduais definidos no Código Tributário Nacional.
- (B) Incide sobre todos os serviços públicos prestados pelo Estado do Rio de Janeiro.
- (C) Incide apenas nos atos e serviços expressamente enumerados em lista constante do Código Tributário Estadual.
- (D) Incide inclusive sobre os serviços de expedição de passaporte internacional.
- (E) Incide nos serviços públicos estaduais definidos em ato do Poder Executivo.

43. SOL Ltda., indústria de móveis sediada no Estado do Rio de Janeiro, apresenta em sua escrituração os seguintes registros:

I. mês de dezembro de 2007:

- valor do saldo credor de ICMS foi de R\$ 210,00;

II. mês de janeiro de 2008:

- valor do ICMS incidente sobre as mercadorias recebidas no mês para serem utilizadas como matérias-primas na industrialização de seus produtos: R\$ 15.000,00;
- valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento industrial: R\$ 2.500,00;
- vendas de produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial localizado em Fortaleza-CE, para ser revendido: valor total das operações = R\$ 100.000,00;
- vendas de produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial localizado em Curitiba-PR, para ser revendido: valor total das operações = R\$ 200.000,00;
- valor do ICMS referente à máquina entrada no estabelecimento em 15 de janeiro de 2008 e adquirida para integrar seu ativo imobilizado: R\$ 9.600,00;
- valor do ICMS referente à aquisição, no mês, de bens de consumo utilizados no estabelecimento: R\$ 1.000,00.

O valor do ICMS a recolher, relativo ao mês de janeiro de 2008 (sem considerar o adicional destinado ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais), foi de:

- (A) R\$ 3.690,00.
- (B) R\$ 13.090,00.
- (C) R\$ 15.590,00.
- (D) R\$ 12.090,00.
- (E) R\$ 18.290,00.

44. Em relação à Taxa Judiciária nos Mandados de Segurança, é correto afirmar que:

- (A) não é devida, em qualquer hipótese.
- (B) é devida, a menos que o mandado seja preventivo.
- (C) não é devida, se a impetração for desprovida de valor econômico.
- (D) é devida, calculada sobre o valor que possa o impetrante vir a receber, com base no direito pleiteado.
- (E) é devida, sempre no valor mínimo legal.

45. O Fiscal de Rendas, na sede da empresa CÉU Ltda., lavrou, em 1º de abril de 2008, termo de início de ação fiscal, nele fixando prazo de dez dias úteis para apresentação de livros e documentos. Considerando que a fiscalização foi concluída em 25 de abril de 2008 e que CÉU Ltda. efetuou, em 15 de abril de 2008 e com os devidos acréscimos moratórios, o pagamento dos saldos devedores (ICMS) relativos aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008 (devidamente escriturados em seus livros fiscais e cujos vencimentos se deram nos dias 10 dos correspondentes meses posteriores).

Assinale, dentre as alternativas a seguir, o correto procedimento da autoridade fiscal, em relação a tais fatos:

- (A) lavrar auto de infração para formalizar a exigência do ICMS recolhido sob ação fiscal e da multa de 25% do seu total.
- (B) não lavrar auto de infração, pois a denúncia espontânea da infração e o concomitante pagamento excluem a responsabilidade do contribuinte.
- (C) lavrar auto de infração para formalizar a exigência da multa de 25% do total do ICMS relativo aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008.
- (D) não lavrar auto de infração, pois, quando do encerramento da ação fiscal, não havia débito algum.
- (E) lavrar auto de infração para formalizar apenas a exigência da multa de 25% do total do ICMS relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2008.

46. Se o contribuinte recolher com insuficiência a Taxa Judiciária:

- (A) o Estado poderá ingressar no processo e exigir o pagamento que for devido.
- (B) passados dois anos, o Estado não poderá mais exigir a diferença.
- (C) o Estado só poderá fazer a exigência da diferença antes da distribuição da ação.
- (D) o Estado não tem direito a diferença alguma, pois não procedeu à devida fiscalização.
- (E) o Estado só agirá, para exigir a diferença, se o Juiz da causa concordar.

47. Analise as interrogativas a seguir:

- I. Cabe à autoridade julgadora cancelar as expressões descorteses contidas nas petições e pareceres?
- II. Os documentos juntados às petições podem ser devolvidos em qualquer fase do processo?
- III. As partes interessadas têm direito à certidão das peças do processo, inclusive de todos os pareceres?

Segundo a legislação estadual vigente, as respostas para as três perguntas são, respectivamente:

- (A) sim / sim / não. (B) não / sim / não.
- (C) sim / não / sim. (D) não / não / não.
- (E) sim / sim / sim.

48. Analise as afirmativas a seguir (todas pertinentes ao processo administrativo tributário estadual, segundo a legislação fluminense):

- I. São admissíveis todas as espécies de prova em direito permitidas.
- II. O pedido de perícia deve ser instruído com a formulação de quesitos.
- III. O laudo pericial deve ser redigido e assinado pelo perito.
- IV. A autoridade julgadora não poderá indeferir qualquer pedido de perícia.
- V. Não é permitida a indicação de assistente técnico para acompanhar a realização da perícia.

Assinale:

- (A) se somente uma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente duas afirmativas estiverem corretas.
- (C) se somente três afirmativas estiverem corretas.
- (D) se somente quatro afirmativas estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

49. Na forma da vigente legislação do processo administrativo tributário fluminense, intitula-se “termo” (e não “auto”):

- (A) de constatação. (B) de apreensão.
- (C) de infração. (D) de arrecadação.
- (E) de intimação.

50. Na vigente legislação do processo administrativo tributário fluminense, da decisão de Primeira Instância:

- (A) cabe pedido de reconsideração.
- (B) sempre cabe recurso voluntário, mas sem efeito suspensivo.
- (C) cabe recurso *ex officio* ao Superintendente de Tributação Estadual.
- (D) cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo.
- (E) cabe recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, se o valor do crédito tributário reclamado é superior a 5.000,00 UFIR-RJ.

51. Em relação à intimação por edital, nos termos da vigente legislação do processo administrativo tributário fluminense, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Não circulando no domicílio do intimado regularmente o Diário Oficial, e sendo o edital afixado no setor de atendimento externo da repartição, certificar-se-ão nos autos a data e o local onde foi afixado o edital.
- (B) Só cabe diante da impossibilidade de ser promovida pessoalmente ou por via postal.
- (C) Deve ser publicada uma única vez no Diário Oficial do Estado.
- (D) Se no domicílio do intimado não circular regularmente o Diário Oficial, o edital será afixado no setor de atendimento externo da repartição.
- (E) Considerar-se-á feita cinco dias após a publicação no Diário Oficial.

52. A respeito da consulta sobre matéria tributária, na vigente legislação do processo administrativo tributário fluminense, assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser respondida pelo Presidente da Junta de Revisão Fiscal.
- (B) Pode ser formulada por qualquer pessoa, física ou jurídica.
- (C) Deve versar apenas sobre dúvidas atinentes à situação do consulente.
- (D) Interrompe o curso da mora em relação à matéria sobre a qual verse.
- (E) Deve ser conhecida, mesmo se for apresentada após o início de qualquer procedimento fiscal contra o contribuinte.

53. Um fabricante de doces, estabelecido no Rio de Janeiro, vende produtos de sua fabricação a uma loja comercial localizada em um *shopping center* de Vitória-ES, para lá serem revendidos.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o ICMS deve ser calculado na alíquota de 7% (mais o adicional destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza).
- (B) o ICMS deve ser calculado sobre o valor da operação, com inclusão do montante do IPI.
- (C) o ICMS é também devido ao Estado do Espírito Santo, calculado por “diferencial de alíquotas”.
- (D) o estabelecimento adquirente não tem direito de creditar-se do ICMS por tratar-se de operação interestadual com alíquota reduzida.
- (E) o ICMS deve ser calculado na alíquota de 7% (mais o adicional destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza), apenas no caso de os produtos se destinarem ao consumo no estabelecimento adquirente.

54. À luz da legislação do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, as aquisições de veículo novo por taxista e por portador de deficiência física são, respectivamente, hipóteses de:

- (A) isenção e isenção.
- (B) isenção e não-incidência.
- (C) suspensão e isenção.
- (D) não-incidência e isenção.
- (E) não-incidência e não-incidência.

55. O pagamento do ICMS relativo a serviço de transporte de carga deve ser efetivado:

- (A) antes do início da prestação, se a empresa de transporte sediada fora do Estado não for inscrita no cadastro de contribuintes, e se o remetente da mercadoria for contribuinte do ICMS.
- (B) antes do início da prestação, se a empresa de transporte, inscrita no cadastro de contribuintes, efetuar subcontratação.
- (C) nos prazos normais, se a empresa de transporte for inscrita no cadastro de contribuintes do Estado.
- (D) antes do início da prestação, se a empresa de transporte tiver sua sede em outro Estado.
- (E) até o dia 10 do mês subsequente, se o remetente for contribuinte do ICMS, fazendo-o na condição de contribuinte substituto.

56. Analise as afirmativas a seguir:

- I. Nas operações ou prestações que destinem mercadorias ao exterior, não há incidência do ICMS, devendo o contribuinte exportador estornar o crédito do imposto cobrado nas operações anteriores.
- II. O ICMS incidente na importação de mercadorias e bens é devido ao Estado do seu estabelecimento destinatário.
- III. Nas operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento comercial, não há incidência do ICMS.
- IV. Nas operações interestaduais com lubrificantes, combustíveis líquidos ou gasosos derivados de petróleo, não incide o ICMS, nada importando a destinação dos produtos no Estado do adquirente.
- V. Na venda do bem arrendado a arrendatário contribuinte do ICMS, resultante de arrendamento mercantil, há isenção do ICMS.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas II, III e V forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, IV e V forem verdadeiras.
- (D) se somente as afirmativas II, V forem verdadeiras.
- (E) se somente as afirmativas II, III, IV e V forem verdadeiras.

57. À luz da legislação do Estado do Rio de Janeiro, relativamente ao fideicomisso:

- (A) é calculado o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD) sobre 50% (cinquenta por cento) do valor do bem ou direito.
- (B) em sua instituição, é devido o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD).
- (C) há isenção do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD) quando da consolidação da propriedade na pessoa do fideicomissário, face à morte do fiduciário.
- (D) não é devido o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), em qualquer situação.
- (E) não incide o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), no caso de o fideicomissário vir a falecer antes de implementada a condição expressa no inventário.

58. Em relação ao Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD), analise as afirmativas a seguir:

- I. É isenta do imposto a doação de imóvel a ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, se destinado à sua residência.
- II. Não há possibilidade de incidência do imposto na doação de um imóvel destinado a uma instituição religiosa.
- III. No caso de doação, é contribuinte do imposto o doador.
- IV. Incide o imposto na aquisição de bem ou direito em excesso pelo cônjuge meeiro, na partilha, em dissolução de sociedade conjugal.
- V. O herdeiro é contribuinte do imposto, mesmo que a sucessão tiver sido processada no exterior, se ele tiver domicílio no Estado, seja quanto à transmissão de bens móveis, quanto de bens imóveis.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II, IV e V foram verdadeiras.
- (B) se somente as afirmativas I, II e IV forem verdadeiras.
- (C) se somente as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.
- (D) se somente a afirmativa I for verdadeira.
- (E) se somente as afirmativas I e IV forem verdadeiras.

59. Assinale a alternativa que indique o documento fiscal do ICMS que não é normalmente emitido antes da saída da mercadoria ou do início da prestação.

- (A) Nota Fiscal de Serviço de Comunicação.
- (B) Conhecimento Aéreo.
- (C) Cupom Fiscal emitido por ECF.
- (D) Nota Fiscal modelo 1-A.
- (E) Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga.

60. Entre as atribuições do Secretário Estadual da Fazenda/RJ, nos termos da legislação vigente, é correto afirmar que:

- (A) não pode tratar de obrigação acessória do ICMS, de qualquer tipo.
- (B) não pode determinar que a emissão de documentos fiscais seja feita por sistema eletrônico de processamento de dados.
- (C) pode instituir ou substituir livro fiscal, mas não documento fiscal.
- (D) pode dispor sobre a apresentação, por meio eletrônico, de pedido de inscrição e alteração de dados cadastrais.
- (E) não pode alterar o prazo de pagamento do ICMS, fixado na legislação.

61. Para acobertar o transporte de mercadoria ou bem, quando o emitente não estiver obrigado à inscrição no cadastro de contribuintes, o documento fiscal utilizado é a Nota Fiscal:

- (A) avulsa, emitida pela repartição fazendária competente.
- (B) modelo 1.
- (C) modelo 1-A.
- (D) avulsa, emitida pelo próprio remetente.
- (E) avulsa, emitida pelo contribuinte ou pela repartição fazendária.

62. Nos termos da Lei Complementar 87/96, no caso de um estabelecimento da sociedade empresária apurar saldo credor do ICMS, ao final de um período:

- (A) pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento da mesma empresa, sem qualquer restrição.
- (B) pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento da mesma empresa, localizado neste Estado, desde que ambos tenham o mesmo Código de Atividade Econômica.
- (C) pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento da mesma empresa, localizado neste Estado.
- (D) pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento da mesma empresa, localizado neste Estado, se a atividade de ambos os estabelecimentos for agroindustrial.
- (E) não pode compensar com saldo devedor verificado em outro estabelecimento do sujeito passivo, localizado neste ou em outro Estado.

63. No caso de o contribuinte declarar, em seus efeitos fiscais e contábeis, valor notadamente inferior ao preço corrente das mercadorias vendidas, ele pode ser submetido a:

- (A) sistema especial de controle, fiscalização e pagamento do imposto.
- (B) arbitramento pelo fiscal de rendas, apenas se autorizado pelo titular da repartição competente.
- (C) sistema especial de controle, fiscalização e pagamento do imposto, a menos que tais fatos tenham ocorrido por mais de um ano.
- (D) fiscalização e ter o estabelecimento fechado.
- (E) arbitramento pelo fiscal de rendas, desde que este apresente avaliação contraditória.

64. Com relação à *intimação para apresentação de livros e documentos* e à *lavratura do termo de encerramento da fiscalização*, atos que a legislação determina sejam praticados pelo Fiscal de Rendas, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O primeiro ato não pode definir prazo inferior a cinco dias para seu atendimento.
- (B) O segundo ato tem necessariamente que ser lavrado no RUDFTO do estabelecimento.
- (C) A intimação inicial, se for desatendida, ensejará a aplicação da multa de R\$ 400,00 (valor devidamente atualizado).
- (D) O segundo não implica homologação dos lançamentos respectivos.
- (E) Ambos os atos só podem ser efetivados por fiscal de rendas.

65. Saldos credores acumulados **não** podem ser transferidos:

- (A) se decorrentes de operação amparada por isenção ou não-incidência do imposto.
- (B) se decorrentes de exportação de produtos para o exterior.
- (C) para outro estabelecimento da mesma empresa.
- (D) de um estabelecimento industrial para outra empresa, se existentes em decorrência de operações realizadas com redução da base de cálculo.
- (E) de um estabelecimento comercial para outra empresa, como pagamento de aquisição de material secundário ou embalagem.

66. É correto afirmar que a aquisição de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, sem que tenha sido feita a retenção do imposto na operação anterior:

- (A) torna o adquirente responsável solidário pelo recolhimento do ICMS não retido, sem qualquer benefício de ordem.
- (B) torna o adquirente responsável solidário pelo recolhimento do ICMS não retido, apenas nas operações interestaduais.
- (C) exime o contribuinte substituto da penalidade relativa à não-retenção.
- (D) exonera o adquirente de responsabilidade quanto ao pagamento do ICMS não retido, pois a obrigação é do contribuinte substituto (vendedor).
- (E) torna o adquirente responsável solidário pelo recolhimento do ICMS não retido, no caso de ausência de retenção total.

67. Assinale a afirmativa **incorreta** acerca da “substituição tributária”.

- (A) Se a autoridade não deliberar quanto a pedido de restituição no prazo de noventa dias, o substituído poderá se creditar do seu valor objeto.
- (B) Se o substituto descumprir reiteradamente a legislação, a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída ao adquirente.
- (C) Se substituto e substituído se situarem em Estados diversos, a aplicação do regime depende de acordo específico celebrado entre as respectivas unidades da Federação.
- (D) Se existir preço final para o consumidor, sugerido pelo fabricante, ele constitui a base de cálculo para fins da substituição tributária.
- (E) Se o substituído, por qualquer motivo, não efetuar a venda da mercadoria submetida ao regime de substituição, ou se o fizer por valor inferior ao que serviu de base à respectiva retenção, terá direito à imediata e preferencial restituição do ICMS pago.

68. Os estabelecimentos da mesma empresa:

- (A) respondem pelo pagamento do ICMS apenas se o estabelecimento devedor não tiver condições de saldar o débito.
- (B) respondem subsidiariamente pelo pagamento do ICMS apurado nos demais.
- (C) respondem solidariamente pelo pagamento do ICMS apurado nos demais.
- (D) respondem solidariamente pelo pagamento do ICMS, no caso de também comercializarem mercadorias.
- (E) não respondem pelo pagamento do ICMS devido por outro, por força do princípio da autonomia dos estabelecimentos.

69. Um contribuinte do ICMS deixou de recolher saldo devedor do imposto vencido em 31.01.2008. No dia 15.06.2008, pagou o débito com acréscimos moratórios de:

- (A) 15%.
- (B) 16%.
- (C) 17%.
- (D) 18%.
- (E) 20%.

70. Integra o Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais o produto da arrecadação de um adicional de:

- (A) dois pontos percentuais relativamente a todos os fatos geradores do ICMS.
- (B) um ponto percentual relativamente a todos os fatos geradores do ICMS.
- (C) mais quatro pontos percentuais da alíquota do ICMS, até 31.12.2008, relativamente à energia elétrica e prestação de serviço de comunicação.
- (D) mais quatro pontos percentuais da alíquota do ICMS, até 31.12.2010, relativamente ao fornecimento de energia elétrica e à prestação de serviço de comunicação.
- (E) vários pontos percentuais, com vigência até 31.12.2009.

71. O carro adquirido por Zé da Silva com alienação fiduciária em garantia foi retomado pelo credor fiduciário em face do inadimplemento daquele.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ICMS só não incide sobre operação com mercadoria em virtude da alienação fiduciária em garantia, no caso de transmissão do domínio do credor para o devedor, em virtude da extinção, pelo pagamento, da garantia.
- (B) Tem-se aí hipótese de não-incidência do ICMS, apenas se o credor fiduciário não alienar o veículo.
- (C) Tem-se aí hipótese de não-incidência do ICMS.
- (D) Haveria incidência do ICMS caso tivesse havido simplesmente a transmissão de domínio feita pelo devedor fiduciante em favor do credor fiduciário.
- (E) Tem-se aí hipótese de incidência do ICMS, pois houve transmissão da propriedade do bem.

72. O montante do próprio imposto (ICMS) integra sua base de cálculo:

- (A) salvo no caso de importação de bens destinados ao ativo fixo.
- (B) inclusive no caso de importação de mercadorias ou bens.
- (C) nas operações internas e interestaduais, exclusive quanto às prestações de serviço de transporte.
- (D) em algumas prestações de serviços de comunicação.
- (E) apenas nos casos definidos na lei ordinária do Estado.

73. Empresa carioca presta serviço com fornecimento de mercadoria a certa empresa paulista. Considere que tal serviço, não constante da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, foi prestado no estabelecimento do tomador (São Paulo).

A esse respeito, assinale a alternativa que indique o procedimento fiscal correto.

- (A) Não são devidos nem ICMS nem ISS.
- (B) É devido apenas ISS.
- (C) São devidos ISS e ICMS.
- (D) É devido apenas ICMS ao Estado de São Paulo.
- (E) É devido apenas ICMS ao Estado do Rio de Janeiro.

74. Em 20.01.2008, um estabelecimento comercial efetuou a venda de certa mercadoria, para recebimento do respectivo preço em quatro prestações. Em 30.01.2008, é recebida a 1ª prestação; em 10.03.2008, a mercadoria foi remetida ao comprador; em 20.03.2008, é recebida a última prestação.

Assinale a data em que o ICMS passou a ser devido.

- (A) 10.03.2008.
- (B) 20.01.2008.
- (C) 30.01.2008.
- (D) 20.03.2008.
- (E) 15.03.2008.

75. O adicional ao Fundo de Combate à Pobreza é devido nas operações/prestações:

- (A) com os produtos da cesta básica e material escolar.
- (B) de importação e no cálculo do diferencial de alíquota.
- (C) de refino de sal para alimentação e no comércio varejista eventual (datas festivas).
- (D) de fornecimento de alimentação e de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha).
- (E) de fornecimento de energia elétrica residencial até 300kW/h mensais.

76. Os contribuintes do ICMS incluídos no Simples Nacional (Lei Complementar 123/2006):

- (A) devem calcular o ICMS devido mensalmente, aplicando a alíquota definida na Lei 5.147/2007 (art. 2º), sobre o montante da receita bruta acumulada nos seis meses anteriores ao do período de apuração.
- (B) são dispensados de proceder à retenção de ICMS relativo à substituição tributária, mesmo quando se qualificarem como contribuinte substituto em caráter permanente.
- (C) podem manter válidos os créditos do ICMS porventura lançados em sua escrita fiscal.
- (D) não podem usufruir de qualquer outro regime especial de tributação, incentivos ou benefícios fiscais.
- (E) têm direito ao desconto de 70% no pagamento da taxa de serviços estaduais referentes à administração tributária.

77. No caso de o veículo utilizar força motriz complementar ou alternativa de fonte de energia natural, para efeito do IPVA:

- (A) não se considera veículo automotor salvo se for veículo marítimo.
- (B) considera-se veículo automotor apenas se a fonte de energia natural representar menos de 50% de sua força motriz.
- (C) considera-se veículo automotor, mas o IPVA é devido na proporção da utilização da fonte alternativa.
- (D) considera-se veículo automotor apenas se for veículo terrestre.
- (E) considera-se veículo automotor.

78. Faça a correspondência entre os percentuais das multas devidas e as respectivas infrações:

	Infração	Percentual de multa
()	Do valor do imposto creditado indevidamente	I. 8%
()	Do valor do imposto fixado por estimativa e não recolhido no prazo regulamentar	II. 10%
()	Do valor do imposto não recolhido indevidamente destacado em documento referente à operação ou a prestação de serviço isenta ou não-tributada	III. 25%
()	Do valor do serviço prestado ao contribuinte e não escriturado nos livros fiscais próprios	IV. 35%
()	Do valor da mercadoria encontrada em estabelecimento não inscrito	V. 60%

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- (A) I - II - III - V - VI.
- (B) V - I - II - IV - II.
- (C) IV - V - II - I - III.
- (D) V - III - IV - II - I.
- (E) II - I - V - III - IV.

79. Obriga-se ao pagamento do ICMS, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da prestação, calculado por estimativa, mediante a aplicação da alíquota de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prestação do serviço, acrescido de todos os encargos relacionados à sua utilização, a empresa concessionária do serviço público de:

- (A) transporte aquaviário de passageiros, cargas ou veículos.
- (B) telecomunicações, por rádio ou televisão.
- (C) transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.
- (D) transporte alternativo.
- (E) comunicação por satélite.

80. Com relação à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), é **incorreto** afirmar que:

- (A) além da Nota Fiscal Eletrônica, o remetente deverá emitir o documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica - DANFE, para acobertar o trânsito da mercadoria.
- (B) se trata de documento de existência digital, emitido e armazenado eletronicamente.
- (C) a validade jurídica da Nota Fiscal Eletrônica é garantida pela assinatura digital do emitente e pela autorização de uso pela administração tributária do Estado.
- (D) são obrigados a utilizar Nota Fiscal Eletrônica as empresas industriais e os estabelecimentos atacadistas, a partir de 1º de setembro de 2008.
- (E) os contribuintes que utilizarem Nota Fiscal Eletrônica ficam obrigados ao uso do sistema eletrônico de processamento de dados.

Contabilidade Geral e de Custos e Auditoria

81. A auditoria independente de demonstrações contábeis objetiva validar e certificar a adequação dessas demonstrações em face das normas brasileiras de contabilidade e das práticas contábeis em vigor no Brasil.

Para que tenha condições de certificar as informações apresentadas, o auditor aplica dois grandes conjuntos de testes: os testes de observância (ou aderência) e os testes substantivos. Os primeiros objetivam verificar a existência, efetividade, adequação e confiabilidade do controle interno da empresa, com vistas a determinar, em um segundo momento, o volume de testes substantivos a serem aplicados nas diversas áreas a serem testadas. Os testes substantivos compreendem duas categorias: *os de transações e saldos e os procedimentos de revisão analítica*.

Os testes de observância, como o próprio nome evidencia, buscarão validar se as transações contabilizadas de fato ocorreram (em determinadas situações, as empresas registram operações fictícias, sem suporte documental, com o objetivo de mascarar determinada evidência ou apresentar uma situação diferente da real) e se os saldos correspondem à realidade. Já a revisão analítica compreende um conjunto de índices e indicadores que funcionam como sinal de alerta para o auditor.

Ao final dos trabalhos, o auditor evidenciará sua opinião em um documento denominado “parecer de auditoria”. Nele, caso opte pela modalidade “sem ressalvas”, é correto afirmar que:

- (A) serve como garantia de viabilidade futura. Ou seja, constando ou não um parágrafo de ênfase, a empresa deverá continuar a operar normalmente por, pelo menos, mais um exercício.
- (B) o trabalho de auditoria foi bem realizado, tendo sido todos os procedimentos listados no planejamento efetivamente executados.
- (C) não se detectaram impropriedades relevantes ou, em caso afirmativo, elas foram adequadamente ajustadas nas demonstrações.
- (D) houve limitações significativas no escopo do trabalho.
- (E) a administração da entidade auditada atuou de forma eficiente e eficaz, tendo optado, na maior parte do tempo, por decisões mais acertadas.

82. O Conselho Federal de Contabilidade – CFC conceitua *fraude e erro* da seguinte forma:

- I. fraude, o ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis; e
- II. erro, o ato não-intencional, resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.

Considerando a regulamentação do assunto pelo CFC, em especial a Resolução 836, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraudes e erros é do auditor independente, uma vez que é contratado para garantir que os dados constantes nas demonstrações reflitam a real situação econômico-financeira da entidade auditada.
- (B) não tem o auditor independente a obrigação de comunicá-los à entidade da auditada, desde que relevantes.
- (C) a auditoria de demonstrações contábeis tem como objetivo a descoberta de fraudes.
- (D) o auditor independente deverá considerar a possibilidade de ocorrência, inclusive na fase do planejamento dos trabalhos.
- (E) como a auditoria de demonstrações contábeis não objetiva a descoberta de fraudes, o auditor não deve considerar a possibilidade de sua ocorrência, sequer no planejamento.

83. Os papéis de trabalho constituem o conjunto de documentos e apontamentos que o auditor colige antes, durante e após a aplicação dos procedimentos de auditoria. Assim, são exemplos de “papéis” de trabalho: cópia de contratos de financiamento, de empréstimos, relação de fornecedores, de clientes, mapa de apuração de impostos, de dividendos e de participações, cópia de documentos fiscais, arquivos magnéticos, cartas de circularização, etc.

A esse respeito, considerando o disposto pelo CFC, em especial a Resolução 1.024, **não** é correto afirmar que:

- (A) a extensão dos papéis de trabalho é assunto de julgamento profissional.
- (B) não é necessário nem prático documentar todas as questões de que o auditor trata.
- (C) facilitam a revisão do trabalho de auditoria.
- (D) pertencem ao auditor independente, que deverá arquivá-lo pelo prazo de cinco anos a contar da publicação do parecer.
- (E) registram as evidências do trabalho executado.

84. De acordo com o CFC, amostragem estatística é aquela em que a amostra é selecionada cientificamente para que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas.

O emprego de amostragem estatística é recomendável quando os itens da população apresentam características homogêneas.

Amostragem não-estatística (por julgamento) é aquela em que a amostra é determinada pelo auditor utilizando sua experiência, critério e conhecimento da entidade. Nesse diapasão, é importante reconhecer que certos procedimentos de auditoria aplicados na base de testes não estão dentro da definição de amostragem. Os testes aplicados na totalidade da população não se qualificam como amostragem de auditoria.

Em relação à amostragem, o CFC estabelece, considerando em especial a Resolução 1.012, o disposto nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Com relação ao aspecto “objetivos específicos”, considerado na determinação da amostra, o CFC destaca que, no planejamento da amostra de auditoria, o auditor deve considerar os procedimentos de auditoria que têm maior probabilidade de atingir esses objetivos.
- (B) Uma das maiores preocupações do auditor é que a amostra seja representativa, ou seja, tenha as mesmas características da população. Isso é essencial a fim de que as conclusões alcançadas para a amostra possam ser extrapoladas para toda a população.
- (C) Na seleção de amostra devem ser documentados e considerados pelo auditor o grau de confiança depositado sobre o sistema de controles internos das contas, a base e a fonte de seleção e o número de itens selecionados.
- (D) Tendo executado, em cada item da amostra, os procedimentos de auditoria apropriados, o auditor deve analisar qualquer erro detectado na amostra, extrapolar os erros encontrados na amostra para a população e reavaliar o risco de amostragem.
- (E) Quando o erro projetado exceder o erro tolerável, o auditor deve reconsiderar sua avaliação anterior do risco de amostragem e, se esse risco for aceitável, considerar a possibilidade de ampliar o procedimento de auditoria ou executar procedimentos de auditoria alternativos.

85. De acordo com José Carlos Carvalho (*Auditoria Geral e Pública*), muitas das informações obtidas pelo auditor durante a aplicação dos procedimentos são verbais. Dessa forma, por ocasião do encerramento dos trabalhos (com a conseqüente emissão do parecer), a administração da auditada precisa ratificar ao auditor todas as informações repassadas durante os trabalhos, destacando a responsabilidade pelas transações efetuadas, pela elaboração das demonstrações, pelo cálculo dos tributos, etc. A esse documento dá-se o nome de *carta de responsabilidade da administração*. Considerando o disposto pelo CFC, a *carta* deverá realizar os atos enunciados nas alternativas a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) mencionar que o sistema contábil e os controles internos adotados pela entidade são de responsabilidade da administração e adequados ao seu tipo de atividade e volume de transações
- (B) confirmar que as estimativas contábeis foram efetuadas com base em dados consistentes
- (C) confirmar que não há contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e legais que possam afetar substancialmente a situação financeira e patrimonial da entidade, influenciando significativamente na sua avaliação
- (D) confirmar que foram adequadamente contabilizados e divulgados nas demonstrações contábeis os saldos e transações com “partes relacionadas” e os prejuízos decorrentes de compromissos de compra e venda
- (E) mencionar que há ônus ou gravames sobre os ativos além dos relatados em documentos apropriados (notas explicativas, por exemplo)

86. Segundo a Resolução 1.024 do CFC, a forma e o conteúdo dos papéis de trabalho podem ser afetados pelas questões listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) local, equipe técnica, controles internos administrativos, sistema de custeio utilizado para cada produto, independentemente do volume produzido e percentual relativo de receita auferida
- (B) natureza e complexidade da atividade da entidade
- (C) natureza e condição dos sistemas contábeis e de controle interno da entidade
- (D) direção, supervisão e revisão do trabalho executado pela equipe técnica
- (E) metodologia e tecnologia utilizadas no curso dos trabalhos

87. De acordo com o CFC, eventos subseqüentes à data do balanço são aqueles, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

São apresentados, nas alternativas a seguir, exemplos de eventos que requerem ajustes nas demonstrações contábeis, considerando o disposto na Resolução 1.088 do CFC, à **exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O pagamento ou a divulgação de uma decisão definitiva relacionados a um processo judicial, confirmando que a entidade já tinha uma obrigação presente na data do balanço. A entidade deve ajustar qualquer provisão relacionada ao processo ou registrar uma nova provisão, de acordo com as disposições contidas na norma sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas.
- (B) A obtenção de informação indicando que um ativo estava deteriorado na data do balanço ou que o montante de um prejuízo por deterioração previamente reconhecido em relação àquele ativo precisa ser ajustado.
- (C) A determinação do custo de ativos comprados ou do valor de ativos recebidos em troca de ativos vendidos antes da data do balanço.
- (D) A determinação do valor referente ao pagamento de participação nos lucros ou referente a gratificações, no caso de a entidade ter, na data do balanço, uma obrigação presente legal não formalizada de fazer tais pagamentos em decorrência de eventos ocorridos antes daquela data.
- (E) O declínio do valor de mercado de investimentos ocorrido no período entre a data do balanço e a data de autorização de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis.

88. O controle interno é muito importante para a auditoria, uma vez que, com base nele, será determinada a quantidade de testes (substantivos) a serem aplicados. Se, porventura, esses controles inexistirem ou falharem (risco inerente ou de controle), a possibilidade de ocorrerem fraudes é maior.

Na obra *“Por Dentro das Fraudes: como são feitas, como denunciá-las, como evitá-las”*, o autor comenta um caso de fraude conhecido como emissão de “notas fiscais caçadas”.

“Por ocasião do faturamento de bens e serviços, dependendo dos tributos e da esfera de governo, são extraídos documentos fiscais a serem entregues ao comprador/tomador, ficando as demais vias no talonário para fins de registro e fiscalização por parte do governo. A fim de reduzir a carga tributária, vendedor e comprador às vezes ajustam um valor menor a ser registrado no documento fiscal. Quando isso não é possível, o vendedor, unilateralmente, preenche a nota com montantes diferentes: a via entregue ao contratante com o valor total; a que será fiscalizada, com valor menor. Como o preenchimento costuma ser simultâneo (com folhas carbonadas), coloca-se algo entre a primeira e as demais vias (uma prancheta de madeira, por exemplo). Dessa forma, o contratante recebe sua via com o valor correto, e o fraudador, em um segundo momento, completa sua via com uma quantia menor.”

Considerando a situação exposta, assinale o procedimento que menos contribui para detectar esse tipo de operação.

- (A) confrontar (correlacionar) a documentação do tomador do serviço/comprador com a documentação do prestador de serviço/vendedor
- (B) somar atentamente as notas fiscais emitidas pelo prestador de serviço/vendedor
- (C) verificar se valor faturado (emitido) é suficiente, pelo menos, para cobrir os custos da operação e manter o prestador de serviço/vendedor em condições de funcionamento
- (D) confrontar o valor praticado pelo prestador de serviço/vendedor na operação analisada com os valores praticados em outras operações similares
- (E) confrontar o valor praticado pelo prestador de serviço/vendedor na operação analisada com os valores praticados por concorrentes

89. O Conselho Federal de Contabilidade define *contingência passiva* como:

1. uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade; ou
2. uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - 2.1. é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou
 - 2.2. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

A *contingência ativa* é um possível ativo, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade.

O tratamento a ser dado a elas consta na Resolução 1.066, que prevê, respeitadas as peculiaridades de cada situação, o disposto nas alternativas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Quando a chance de ocorrência de uma contingência ativa for classificada como “praticamente certa”, o ativo deverá ser reconhecido.
- (B) Quando a chance de ocorrência de uma contingência ativa for classificada como “provável”, o tratamento correto a ser dado é a divulgação.
- (C) Quando a chance de ocorrência de uma contingência ativa for classificada como “possível”, o tratamento a ser dado é a divulgação.
- (D) Quando a chance de ocorrência de uma contingência passiva for classificada como “provável” e ela for mensurável com suficiente segurança, deverá ser constituída a provisão.
- (E) Quando a chance de ocorrência de uma contingência passiva for classificada como “possível”, deverá ser feita a divulgação.

90. Determinada empresa industrial é monoprodutora. Nos três últimos trimestres apurou o seguinte:

trimestre	1	2	3
produção (em unidades)	5.000	5.200	6.000
custo total de fabricação (em \$)	40.000,00	42.000,00	45.000,00

Sabe-se que:

- a empresa apura o custo total de fabricação pelo custeio por absorção;
- a empresa controla seus estoques permanentemente e os avalia pelo método PEPS;
- não houve variação de preços no período.

Utilize o método maior-menor para classificar os custos entre fixos e variáveis e determine o custo total de fabricação do quarto trimestre para uma produção total de 6.500 unidades.

- (A) Maior que \$48.000,00.
- (B) Entre \$47.000,01 e \$48.000,00.
- (C) Entre \$46.000,01 e \$47.000,00.
- (D) Entre \$45.000,01 e \$46.000,00.
- (E) Menor ou igual a \$45.000,00.

91. Entre os fatores a serem considerados no planejamento, é possível destacar:

- o grau de conhecimento da atividade da auditada;
- a existência de auditoria interna;
- a natureza (o que fazer, qual procedimento aplicar), oportunidade (quando) e extensão (até onde, o percentual) dos procedimentos a serem aplicados;
- os relatórios a serem entregues;
- a equipe técnica.

Na primeira auditoria realizada por determinada empresa de uma dada entidade, alguns cuidados especiais de planejamento devem ser observados de acordo com o CFC e com a doutrina.

Nas alternativas a seguir estão listados alguns desse cuidados, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) leitura dos relatórios de auditoria anteriores (como mecanismo de “conhecimento” da auditada)
- (B) mapeamento das fraudes e erros (relevantes ou não) detectados pelos dois últimos auditores independentes e verificação da comunicação à CVM
- (C) uniformidade de critérios contábeis (uma vez que pode ter havido alterações de um exercício para o outro, tais como mudança no método de avaliação de estoques, uso de reavaliação, mudança no critério de tributação – lucro presumido para real, por exemplo)
- (D) identificação de relevantes eventos subseqüentes ocorridos após a data-base do exercício, revelados ou não.
- (E) levantamento das principais alterações ocorridas no sistema de controle interno

92. Em consonância à Resolução CFC 921/01, determine o valor do Passivo Circulante da Cia. Arrendatária a ser apurado logo após o reconhecimento contábil do contrato de arrendamento mercantil firmado entre ela e a entidade arrendadora, segundo o qual a arrendatária se obriga a pagar 5 prestações anuais e iguais no valor unitário de R\$ 8.500,00, mais o valor da opção de compra no montante de R\$ 190,76 ao final do quinto ano, juntamente com a última prestação anual; e a arrendadora se obriga a entregar, nesse ato, o bem arrendado (um veículo que será utilizado para arrendatária em suas atividades operacionais normais).

Sabe-se que:

- o contrato foi firmado em 31/12/2008;
- a primeira prestação vence em 31/12/2009 e todas as demais prestações vencem no dia 31 de dezembro dos anos subsequentes;
- o valor de mercado do bem arrendado, à vista, é R\$ 30.000,00;
- a taxa de juros implícita no contrato é 13% ao ano.
- o Balanço Patrimonial da Cia. Arrendatária apurado em 31/12/2008 imediatamente antes de o contrato em tela ter sido reconhecido contabilmente é o seguinte:

Ativo Circulante	20.000,00	Passivo Circulante	15.000,00
Realizável a Longo Prazo	30.000,00	Exigível a Longo Prazo	25.000,00
Ativo Permanente	50.000,00	Patrimônio Líquido	60.000,00

- (A) R\$ 3.900,00
 (B) R\$ 8.500,00
 (C) R\$ 15.000,00
 (D) R\$ 19.600,00
 (E) R\$ 23.500,00

93. Em consonância à Resolução CFC 1.110/07, determine o valor do Ativo Permanente da Cia. Churrasqueira a ser apurado logo após o reconhecimento contábil do teste de recuperabilidade do valor contábil do imobilizado.

Sabe-se que:

- o valor de mercado desse imobilizado, na data do teste, é \$23.000,00. Caso a Cia. Churrasqueira vendesse o equipamento, na data do teste (t), incorreria em gastos associados a tal transação no montante de \$5.000,00;
- caso a Cia. Churrasqueira não vendesse o imobilizado e continuasse utilizando-o no processo produtivo, seria capaz de produzir mais 4.000 unidades do produto Espeto no próximo ano (t+1); 3.000 unidades do produto Espeto em t+2; 2.000 unidades do produto Espeto em t+3; 1.000 unidades do produto Espeto em t+4 e 500 unidades do produto Espeto em t+5. (Assuma que a produção anual ocorra no final de cada ano.) Ao final desse período (no final de t+5), o imobilizado poderia ser comercializado por \$2.000,00, e a Cia. Churrasqueira incorreria em gastos associados a tal transação no montante de \$400,00. O preço de venda do produto Espeto é \$12,00 por unidade. Os gastos médios incorridos na produção e venda de uma unidade de produto Espeto é \$9,50;
- a Cia. Churrasqueira é sediada num paraíso fiscal; portanto, ignore qualquer tributo;
- o custo de capital da Cia. Churrasqueira é 20% ao ano;
- o Balanço Patrimonial da Cia. Churrasqueira apurado em 31/12/2008 imediatamente antes de o teste de recuperabilidade em tela ter sido reconhecido contabilmente é o seguinte:

Ativo Circulante	20.000,00	Passivo Circulante	25.000,00
Ativo Não Circulante	80.000,00	Passivo Não Circulante	35.000,00
imobilizado bruto (custo de aquisição)	75.000,00	Patrimônio Líquido	40.000,00
(-) depreciação acumulada do imobilizado	55.000,00		
outros ativos não circulantes exceto imobilizado	60.000,00		

- (A) Maior que \$19.200,00.
 (B) Entre \$18.800,01 e 19.200,00.
 (C) Entre \$18.400,01 e 18.800,00.
 (D) Entre \$18.000,01 e 18.400,00.
 (E) Menor ou igual a \$18.000,00.

94. Determinada empresa comercial apurou o seguinte balanço patrimonial no final do exercício recém-encerrado:

disponibilizades	30.000	fornecedores	–
clientes	–	capital social	40.000
estoque	20.000	reserva de lucros	10.000

Sabe-se que o estoque era composto por 10.000 unidades da mercadoria X.

Durante o corrente exercício, essa empresa realizou as seguintes transações – na seqüência apresentada:

- comprou 15.000 unidades da mercadoria X por \$3,00 a unidade, pagando metade à vista e ficando o restante para pagar em 30 dias;
- vendeu 20.000 unidades da mercadoria X por \$5,00, recebendo metade à vista e ficando o restante para receber em 30 dias;
- comprou 9.000 unidades da mercadoria X por \$4,00 a unidade, pagando tudo à vista;
- vendeu 10.000 unidades da mercadoria X por \$5,00, recebendo metade à vista e ficando o restante para receber em 30 dias.

Ignore qualquer tributo e determine a diferença da Variação do Capital Circulante Líquido dessa empresa entre dois cenários:

- controlando os estoques permanentemente e apurando o custo das mercadorias vendidas pelo custo médio ponderado móvel;
- controlando os estoques permanentemente e apurando o custo das mercadorias vendidas pelo método primeiro que entre primeiro que sai.

- (A) Maior que \$1.500,00.
 (B) Entre \$1.000,01 e 1.500,00.
 (C) Entre \$500,01 e \$1.000,00.
 (D) Entre \$0,01 e \$500,00.
 (E) Igual a zero.

95. A Subs Ltda. produz e vende dois tipos de produtos. Para a avaliação do resultado por produtos utiliza o custeio baseado em atividades. No último período, a empresa apresentou os seguintes dados:

	Custos Indiretos	Padrão	Luxo	Total
Matéria-prima direta		\$102.000	\$120.000	\$222.000
Mão-de-obra direta		\$80.000	\$78.000	\$158.000
Nº de lotes de produção	\$190.000	50	5	55
Testes de qualidade efetuados	\$188.000	15	22	37
Pedidos de embarque processados	\$50.000	80	70	150
Nº de set-ups	\$40.000	17	13	30
Nº de kits de peças requisitadas	\$20.000	130	30	160
Total de Custos Indiretos	\$488.000			
Quantidade produzida (em unidades)		250.000	88.000	
Quantidade vendida (em unidades)		225.000	79.200	
Preço de venda unitário		\$3,00	\$5,60	
Impostos sobre vendas (sobre a receita)		20%	20%	

O lucro bruto total de cada produto é:

- (A) Padrão = \$139.294,00; Luxo = (\$25.678,00).
 (B) Padrão = \$100.120,00; Luxo = \$30.359,00.
 (C) Padrão = \$82.450,00; Luxo = \$38.458,00.
 (D) Padrão = \$89.234,00; Luxo = \$35.789,00.
 (E) Padrão = \$93.126,00; Luxo = \$20.490,00.

96. Determinada empresa industrial fabrica e vende três produtos: 1, 2 e 3. Observe os dados desses produtos:

Produto	1	2	3
Preço de venda	17	9	16
Matéria-prima i (em kg/unid.)	2	2	4
Matéria-prima ii (em kg/unid.)	3	2	0
Horas máquina X (em h/unid.)	3	0	2
Horas máquina XX (em h/unid.)	0	1	3
Demanda (em unid./mês)	20	25	30

Sabe-se que os recursos são onerosos e limitados, conforme a tabela a seguir:

Recursos	custo unitário	disponibilidade
Matéria-prima i	\$ 0,50/kg	200 kg
Matéria-prima ii	\$ 1,00/kg	80 kg
Máquina X	\$ 2,00/h	130 h
Máquina XX	\$ 1,50/h	200 h

Sabe-se, ainda, que:

- a empresa não tem como aumentar as suas disponibilidades de recursos produtivos no próximo mês; portanto, precisa gerenciar essas restrições;
- a empresa não tem como aumentar as demandas dos produtos no próximo mês;
- a empresa incorre em despesas variáveis equivalentes a 20% da receita de cada produto;
- a empresa tem por política trabalhar sem estoque final de produtos acabados.

Determine quantas unidades a empresa precisa produzir e vender de cada produto no próximo mês para maximizar seu resultado nesse próximo mês.

- (A) 1 = 10; 2 = 25; 3 = 30
 (B) 1 = 20; 2 = 10; 3 = 30
 (C) 1 = 20; 2 = 25; 3 = 30
 (D) 1 = 20; 2 = 25; 3 = 27,5
 (E) 1 = 26,6; 2 = 0; 3 = 0

97. Determinada empresa industrial fabrica e vende dois produtos: X e Y. No último mês analisado, a empresa produziu 400 unidades de X e 350 unidades da Y. Sabe-se que os gastos com matéria-prima e com mão-de-obra são:

gastos diretos	X	Y
matéria-prima (kg/unid)	4	6
matéria-prima (\$/kg)	5,00	5,00
mão-de-obra (Hh/unid)	3	4
mão-de-obra (\$/Hh)	4,00	4,00

Determine o custo unitário do produto X e do produto Y, respectivamente, incorrido nesse período, com base nas informações apuradas para fins do custeio baseado em atividade, conforme segue:

atividades	custo (em R\$/mês)	capacidade instalada (em horas/mês)	X (em horas / unidade)	Y (em horas / unidade)
I	3.700,00	1850	2	3
II	2.900,00	1450	1	3
III	3.000,00	1500	2	2

Desconsidere qualquer tributo e qualquer informação não apresentada neste enunciado.

- (A) \$10/unidade e \$16/unidade
 (B) \$36/unidade e \$41/unidade
 (C) \$42/unidade e \$62/unidade
 (D) \$32/unidade e \$46/unidade
 (E) \$46/unidade e \$57/unidade

98. A Cia. Bichinho de Goiaba apresentou, em 31/12/2007, os saldos das contas abaixo relacionadas, extraídos do balancete levantado antes da apuração do resultado do período:

Bancos Conta Movimento	R\$	3.450,00
Capital Social	R\$	11.550,00
Custo com Mercadorias Vendidas	R\$	1.950,00
Despesas com Aluguéis	R\$	4.800,00
Despesas com Salários	R\$	4.860,00
Duplicatas a Pagar	R\$	9.000,00
Duplicatas a Receber	R\$	7.500,00
Imóveis em Uso	R\$	7.050,00
Impostos a Pagar	R\$	7.350,00
Lucros Acumulados	R\$	3.360,00
Máquinas e Equipamentos	R\$	6.000,00
Mercadorias para Revenda	R\$	3.300,00
Receitas de Aplicações Financeiras	R\$	7.350,00
Receitas de Vendas	R\$	6.000,00
Títulos a Receber	R\$	5.700,00

Após elaborar o encerramento do período e a apuração de todas as demonstrações contábeis em 31/12/2007, a Cia. Bichinho de Goiaba encontrará um:

- (A) Passivo Circulante no valor de R\$ 14.400,00.
 (B) Lucro Líquido no valor de R\$ 3.690,00.
 (C) Lucro Bruto no valor de R\$ 11.400,00.
 (D) Patrimônio Líquido no valor de R\$ 16.650,00.
 (E) Ativo Circulante no valor de R\$ 21.900,00.

Com base nos dados, responda às questões 99 e 100:

A Cia. NND vende o produto T.

A empresa apresenta o seguinte Balanço em 01.10.X8:

ATIVO		PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Disponibilidades	100.000	Fornecedores	20.000
Estoques	100.000	Contas a Pagar	30.000
Terrenos	100.000	Empréstimos	70.000
Móveis e Utensílios	90.000	Capital Social	220.000
(-) Depreciação acumulada	-25.000	Lucros Acumulados	25.000
Total	365.000	Total	365.000

Informações adicionais:

- I. o Estoque é constituído por 10.000 unidades de mercadorias T adquiridas por R\$10 cada. A empresa adota o CMPF (custo médio ponderado fixo) – controle periódico (no final de cada mês);
- II. os Móveis e Utensílios são depreciados à taxa de 10% ao ano.

A empresa efetuou as seguintes operações no mês de outubro de X8:

Data	Evento
01	Venda de 2.000 unidades de T por R\$ 25,00 cada, para recebimento em 30 dias.
02	Compra de 10.000 unidades de T por R\$ 12,00 cada, para pagar em novembro/X8.
05	Compra de 10.000 unidades de T por R\$ 14,00 cada, sendo metade à vista e metade a prazo para pagamento em 30 dias.
10	Venda de 16.000 unidades de T por R\$ 25,00 cada, sendo metade à vista e metade a prazo para recebimento em 30 dias.
15	Venda de 10.000 unidades de T por R\$ 23,00 cada, à vista.
18	Aumento do capital social em R\$ 100.000,00, sendo integralizados imediatamente em dinheiro somente R\$ 40.000,00; o restante deverá ser integralizado em dentro de 6 meses.
22	Compra de 6.000 unidades de T por R\$ 15,00, à vista.
25	Venda de 3.000 unidades de T por R\$ 24,00 cada, à vista.
26	Pagamento de R\$ 15.000,00 aos fornecedores e da totalidade do saldo das contas a pagar.
30	Recebimento de R\$ 50.000,00 de clientes.
31	Reconhecimento e pagamento de despesas administrativas e comerciais no montante total de R\$ 140.000,00, sendo R\$ 85.000,00 relativos a serviços de terceiros e o restante a pessoal próprio.
31	Apropriação mensal da despesa de depreciação dos móveis e utensílios.
31	Teste de recuperabilidade dos móveis e utensílios, sendo o valor recuperável – conforme a Resolução CFC 1.110/07 – no montante de R\$ 64.000,00.
31	Teste de recuperabilidade do estoque de mercadorias T, sendo o valor recuperável – conforme a Resolução CFC 1.110/07 – no montante de R\$ 23,00 cada.
31	Venda do terreno por R\$ 92.000,00, à vista.
31	Distribuição de dividendos no montante total de R\$ 41.700,00, sendo R\$ 30.000,00 pagos imediatamente e o restante provisionado para pagamento em dentro de 60 dias.

99. Considerando somente os dados do enunciado, determine o percentual do valor adicionado que foi disponibilizado aos proprietários da entidade na forma de dividendos, em outubro/X8:

- (A) Menor 10%.
- (B) Entre 10,01% e 16%.
- (C) Entre 16,01% e 22%.
- (D) Entre 22,01% e 28%.
- (E) Maior que 28%.

100. Considerando somente os dados do enunciado, determine a variação do saldo de disponibilidades, em outubro/X8:

- (A) Maior que \$275.000,00.
- (B) Entre \$250.000,01 e \$275.000,00.
- (C) Entre \$225.000,01 e \$250.000,00.
- (D) Entre \$200.000,01 e \$225.000,00.
- (E) Menor ou igual a \$200.000,00.

Realização



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

<http://concurso.fgv.br>